

A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

PSYCHOPEDAGOGY IN THE LEARNING PROCESS AND THE INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES

Melissa Mello¹
Luís Carlos Borges Santos²

RESUMO

Este artigo tem como finalidade despertar o pensamento acerca do inconsciente familiar e educacional e refletir sobre o papel do psicopedagogo em um contexto cujo foco principal é a criança com deficiência. Para isso, é necessário analisar a importância da Psicopedagogia Clínica no processo de inserção da criança no mundo da aprendizagem, bem como refletir sobre algumas contribuições do olhar psicanalítico na clínica psicopedagógica. Dessa forma, o artigo terá como metodologia a revisão bibliográfica de autores como Alicia Fernandez (1991), Winnicott (1982), Levin (2007) dentre outros da área psicopedagógica e psicanalítica, além de experiências profissionais nas escolas da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Psicopedagogia Clínica. Deficiência. Inclusão Escolar. Educação Especial. Inconsciente.

ABSTRACT

This article aims to awaken thinking about the family and educational unconscious and reflect on the role of the psychopedagogue in this context in which the main focus is the child with a disability. For this, it is necessary to analyze the importance of Clinical Psychopedagogy in this process of insertion of the child in the world of learning, as well as to reflect on some contributions of the psychoanalytic perspective in the psychopedagogical clinic. In this way, the article will have as methodology the bibliographic review of authors such as Alicia Fernandez (1991), Winnicott (1982), Levin (2007) within others in the psychopedagogical and psychoanalytic area, in addition to professional experiences in public schools in the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Clinical Psychopedagogy. Deficiency. School inclusion. Special education

1 INTRODUÇÃO

¹ Pós-graduada em Educação Especial e Psicomotricidade pela Faculdade de Educação São Luís, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNINTER. Graduada em História, Licenciatura Plena, pela FAPA. Professora do Atendimento Especializado Educacional. AEE. Rede municipal de ensino Gramado/RS.

² Mestre em Ambiente e Sustentabilidade – UERGS. Pós-graduado em Educação e Cultura – UERGS. Graduado em História - FAPA-RS.

O tema discutido neste trabalho versa sobre o papel do psicopedagogo nos processos de aprendizagem e de inclusão de crianças com deficiência.

Percebe-se muito, na sociedade atual, a dificuldade de incluir a criança com deficiência não somente na rede regular de ensino, mas também na instituição de educação especial. Justamente por essas questões estarem tão presentes, este artigo traz reflexões sobre essas posturas excludentes do sistema educacional. Também é abordado o papel do psicopedagogo em um contexto de protagonismo na inserção dessas crianças na rede de ensino de uma maneira mais justa e igualitária, além de verificar a sua atuação clínica no processo de construção e reconstrução da autoimagem desses pacientes, abrindo possibilidades de maiores aprendizagens. Para isso, no corpo do artigo, apresentam-se alguns conceitos psicanalíticos utilizados na clínica psicopedagógica, conforme foi abordado por Alicia Fernández (1991, 2002).

Assim sendo, o objetivo deste artigo é propiciar um momento de reflexão sobre a questão da inclusão da criança com deficiência não somente na escola regular, mas também nas instituições de educação especial. Pois muitas vezes pensamos que neste espaço a criança não sofrerá preconceitos, que seus anseios serão compreendidos, porém, na realidade, muitas vezes presenciamos uma exclusão ainda maior.

Sabe-se que, por lei, a criança com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades deve estar inserida na escola regular. Por outro lado, percebe-se que há casos em que essa inclusão não é bem sucedida, ou até mesmo situações em que o grau da deficiência é bastante severo e que, nesse contexto, uma escola de educação especial poderia ser o mais apropriado, com professores mais capacitados, com redução de alunos e mais recursos pedagógicos e terapêuticos. Porém, infelizmente, mesmo nesses espaços em que a criança e a família deveriam se sentir amparadas e protegidas, é onde sofrem exclusão, preconceito e descaso.

Acredita-se que a inclusão escolar deva ser feita com um olhar voltado ao bem-estar do aluno e ser analisada caso a caso. Há situações em que a educação especial pode ser a melhor opção no sentido de aprendizagem para aquela criança. Porém, neste artigo, enfatizam-se as questões do inconsciente tanto familiar quanto escolar nesse processo de inclusão e também de aprendizagem.

Reflete-se a partir das seguintes questões: até que ponto o consciente e inconsciente podem interferir na aprendizagem do filho ou do aluno? De que forma o psicopedagogo pode intervir nas questões do inconsciente familiar e escolar para liberar espaço para a aprendizagem desta criança com deficiência? Para fundamentar essa reflexão, utilizou-se a obra “Inteligência Aprisionada – Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família”, da psicopedagoga argentina Alicia Fernández. Além disso, outros autores de enfoque psicanalítico, como Winnicott (1982), Levin (2000, 2007) e Vergueiro (2001), que trazem, em suas obras, o pensamento do psicanalista Jerusalinsky, contribuíram para a elaboração e reflexões deste artigo. Em relação à Psicologia Genética, houve a contribuição de autores que como Wallon e Vygotsky.

2 A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Na análise feita sobre atuação psicopedagógica frente às questões da criança com deficiência, faz-se necessário o enquadramento do termo deficiente e/ou deficiência para se obter uma maior amplitude do contexto trabalhado neste artigo.

O termo deficiência e/ou deficiente abordado neste artigo será visto sob a ótica de um déficit nas questões cognitivas, podendo ser enquadrado como TGD - o autismo -, por exemplo. Segundo Vergueiro (2001, p. 42), pode-se definir deficiência da seguinte forma:

O termo deficiência designa, entre outras coisas, falta, insuficiência, e deficiente tem como sinônimo, o que é escasso. À medida que nos referimos a um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, nos reportamos à escassez ou insuficiência de algo no plano intelectual.

Não cabe aqui classificar os tipos e graus de deficiência, mas, sobretudo, o termo deficiente é analisado em uma abordagem em que se destacam as perdas no âmbito cognitivo.

Portanto, a inclusão refere-se à deficiência intelectual, que durante muito tempo foi utilizada com o termo deficiência mental. A partir desse viés, buscam-se referências em alguns autores que trabalham com conceito de deficiência mental.

Ferreira (2007, p. 44) define deficiência mental na seguinte perspectiva:

A lesão no cérebro pode causar graves problemas de aprendizagem e de adaptação ou, outras vezes, só desvios menores. As expressões lesão cerebral, lesão neurológica ou causa orgânica são sinônimos e se referem a um estado no qual as células do cérebro foram destruídas ou sofreram algum dano suficiente para causar um prejuízo no desempenho da pessoa.

Além dessa definição, Ferreira (2007, p. 44) coloca as consequências desse tipo de lesão no desenvolvimento das pessoas com deficiência mental:

O atraso no desenvolvimento dos portadores de deficiência mental pode se dar em nível neuropsicomotor, quando então a criança demora em firmar a cabeça, sentar, andar, falar. Pode ainda dar-se em nível de aprendizado com notável dificuldade de compreensão de normas e ordens, dificuldade no aprendizado escolar.

Do ponto de vista da medicina, os neuropediatras Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2005) definem a deficiência intelectual ou deficiência mental a partir do conceito de retardo mental da seguinte maneira:

O retardo mental é o funcionamento intelectual significativamente abaixo da média da idade, junto a uma deficiência no comportamento adaptativo, sendo manifestado durante o período de desenvolvimento da criança antes dos 18 anos. [...] O retardo mental é classificado em quatro níveis de gravidade, que refletem o nível de prejuízo intelectual. Pode ser leve, moderado, grave ou profundo [...] (ROTTA; OHLWEILLER; RIESGO, 2005, p. 34).

3 O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA E O OLHAR PSICANALÍTICO FRENTE À CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Sabe-se que a Psicopedagogia tem objetivo de diagnosticar, tratar, amenizar dificuldades e transtornos de aprendizagem e para isso se debruça em várias áreas como: Pedagogia, Neurologia, Psicologia, Psicanálise, Sociologia, etc.

É comum, no entanto, encontrar profissionais que porventura acabam se enquadrando em uma determinada vertente, como a psicogenética, por exemplo. Nesse sentido, a abordagem de Alícia Fernandez (1991) é muito interessante, pois tanto o conhecimento piagetiano sobre os estágios da inteligência, a zona de desenvolvimento proximal de Vygostky e os conceitos da Psicanálise devem fazer

parte do suporte teórico e prático do psicopedagogo, principalmente na atuação clínica.

Para tanto, neste artigo, o foco volta-se mais para a vertente psicanalítica, destacando substancialmente as questões do inconsciente, do Outro e do significante.

Nesse contexto da vertente psicanalítica, é visto com clareza a observação de Bossa, referindo-se à psicopedagogia argentina de Fernández. Nesse entendimento, Maria Andrade (2010) cita em seu artigo:

Bossa destaca um fato relevante que permitiu mudanças na abordagem da psicopedagogia: da reeducação à clínica. Na década de 70 criou-se em Buenos Aires, os Centros de Saúde Mental, onde equipes de psicopedagogos atuavam fazendo diagnóstico e tratamento. Estes profissionais observaram que, depois de um ano de tratamento, quando retornavam para controle, haviam resolvido seus problemas de aprendizagem, mas desenvolveram distúrbios de personalidade: fobia e traços psicóticos. Resolveu então incluir o olhar e a escuta clínica psicanalítica, perfil atual do psicopedagogo argentino.

Entende-se que é de fundamental importância a questão do inconsciente no consultório psicopedagógico. É interessante analisar as dificuldades de aprendizagem a partir dessa vertente. O que está por trás desta criança que não aprende? O que essa criança não pode revelar? O que bloqueia a aprendizagem desta criança? Qual o papel que esta criança desempenha para a família? Qual a importância da aprendizagem para o contexto familiar? Essas e outras questões são de suma importância, não somente para o processo de diagnóstico, mas para a intervenção psicopedagógica. Nesse sentido, é interessante falar de tratamento psicopedagógico, ou seja, de cura na clínica psicopedagógica, o que faz com que a própria profissão ganhe mais legitimidade no campo da saúde.

Portanto, quando o psicopedagogo percebe que a criança apresenta troca ou omissão de letras, é imprescindível analisar o que está por trás desse sintoma. Essas questões acabam ganhando ainda mais relevância quando tratamos de crianças com alguma deficiência.

Nesse contexto, a questão do olhar do Outro tem ainda maior significado: tanto no sentido de como a criança deficiente se vê perante o outro, como o outro a vê, e nessa relação as questões do inconsciente são de suma importância, tanto nas esferas familiar como educacional.

Nessa perspectiva, Winnicott (1982) propicia uma reflexão a respeito do sujeito ser objeto de desejo do outro, neste caso trazendo a relação mãe/bebê.

A história do ser humano não começa aos cinco anos, nem aos dois, nem aos seis meses, mas ao nascer – e antes de nascer, se assim se preferir; e cada bebê é desde o começo uma pessoa, necessitando ser conhecida por alguém. Ninguém pode conhecer melhor o bebê que a própria mãe (WINNICOTT, 1982, p. 23).

Nesse sentido, vem uma série de questionamentos e situações, por parte da família, como: a separação desse filho imaginário e real realizada pelos pais, das perspectivas de futuro que por ora tiveram de ser modificadas. Como a família elaborou esse luto? Aceita a deficiência do filho? Obviamente, para que a criança com deficiência se desenvolva, é fundamental que ocorra o desbloqueio destas questões emocionais para a partir daí se traçar ou elaborar metas e ter um melhor prognóstico.

Não é raro ver em escolas crianças que apresentam algum tipo de deficiência cujos pais resistem à procura de um médico neurologista ou negam a importância de um laudo médico. Infelizmente, em certos casos, acabam atrapalhando o processo de aprendizagem e de conquistas de alguns direitos.

Por outro lado, a instituição escolar também faz parte desse olhar – o olhar do Outro. A criança com deficiência está imersa nas questões do ambiente escolar, e infelizmente nem sempre de forma positiva. Ouvem-se, frequentemente, afirmações como: *não tenho estrutura emocional para trabalhar com deficientes; lá vem mais uma criança para me dar trabalho; não tenho tempo para outro planejamento; essa criança é agitada demais; não vou dar conta da turma toda; não tenho preparo técnico para isso*. Infelizmente, esse quadro é também apresentado em escolas especiais, com pensamentos semelhantes ou até mesmo iguais. O que mais chama atenção é ouvir esse tipo de discurso dentro da própria instituição que existe para dar conta dessas crianças com deficiência, de profissionais que teoricamente estão preparados para trabalhar com essa demanda. As falas se repetem: *a criança é muito agitada, deu muito trabalho hoje, não se comportou adequadamente, bateu na professora, bateu no colega, não quis realizar as atividades propostas*. Percebe-se um discurso inapropriado para a situação, já que se trata de uma instituição de educação especial - se a criança não apresentasse esse tipo de comportamento, talvez estivesse na

escola regular. Se está frequentando a escola de educação especial, é porque realmente necessita de um olhar diferenciado às suas necessidades.

Nessa perspectiva da postura do professor, pode-se pensar a respeito das ideias de Levin (2007, p. 18), que diz:

Quem trabalha com crianças, quer seja educador ou terapeuta, teria de ser capaz de arriscar-se a ir além de seus próprios modelos e clichês para compreender a infância. [...] Se o que deseja é situar a teoria ou a prática como ideais, a criança cuida de desmenti-las em suas produções cênicas, pois ela aponta na sua essência para a desarmonia constitutiva de seu desenvolvimento.

Ao refletir sobre esse pensamento de Levin (2007), percebe-se, em alguns casos, na própria instituição de educação especial, o despreparo de profissionais da área. Constatam-se a falta de manejo e a falta vontade ou de conhecimentos de como articular, modificar, adaptar as questões metodológicas em sala de aula. Nota-se um total enrijecimento em posturas pedagógicas incabíveis na inserção da criança deficiente no mundo escolar.

A partir desses discursos que esse inconsciente coletivo acaba fazendo parte de um contexto educacional, quase com a premissa de que é melhor deixar em casa mesmo, não consegue se adaptar, é uma criança de difícil convívio, não consegue aprender, praticamente não evoluiu nada durante o ano, e por aí vão os comentários. Então se incorpora uma “exclusão”, com a desculpa de que a criança não conseguiu, de que é incapaz.

A partir do discurso de Levin (2007), é possível pensar acerca da postura desse professor ou até mesmo da postura dessa instituição de educação especial em relação à postura metodológica em sala de aula.

Nem todos estão dispostos a correr risco de entrar em cena com a criança, de deixar-se inquietar e impressionar por ela, para que consiga metamorfosear um quarto num castelo, num barco, num foguete, ou para que invente, a partir da tesoura, um pássaro; de um garfo, com pão, uma marionete; de uma panela, um instrumento de percussão; ou, de uma mesa, uma espaçonave com a qual explorará uma nova galáxia (LEVIN, 2007, p. 34).

Se todos os professores tivessem essa visão do lúdico, do mágico, do transcendental, quanta aprendizagem poderia se tirar dessas crianças, quantas transformações poderiam aparecer naquele corpo desejante. Quantos transtornos se

evitariam no espaço escolar, quantas reclamações se evitariam. E quão maravilhoso poderia ser esse espaço de puro encantamento e aprendizagem.

Sobre a criança com deficiência no espaço educacional, Levin (2007, p. 45) coloca que:

Neste não-saber, neste desconhecimento do que vai acontecer, sentir, fazer, construir, produzir, imaginar, fantasiar, é que se encontra a essência das produções cênicas da criança. Sem dúvida ela, ao produzi-las, entra em cena nesse excesso estruturador, nesse espaço que está vazio de conteúdos e significados, onde se ligarão seus artifícios e ficções no desenvolvimento psicomotor. [...].

Deixamo-nos ultrapassar pela criança para que, ao entrar em cena, ela nos inclua no seu cenário, nessa intimidade dramática, onde o laço transferencial se amarra, desdobrando-se em sua consistência.

A partir de toda essa questão pedagógica, é importante ver o papel da psicopedagogia no processo de inclusão e do próprio olhar clínico frente a essa criança desejante.

Em seu artigo, a psicóloga e psicopedagoga Regina Sordi (2009) traz o conceito da Psicopedagogia Clínica trabalhado por Alicia Fernández, que trata justamente dessa temática frente às questões de aprendizagem.

A Psicopedagogia Clínica – que desenvolveu uma concepção mais complexa do sujeito da aprendizagem. Este último não se limita ao aluno, mas ao sujeito aprendente, aquele que, a partir do vínculo com o outro humano, torna-se capaz de se reconhecer ativo em sua história e de se responsabilizar pela autoria de seu pensamento (SORDI, 2009, p. 4).

Nesse contexto, o olhar do Outro é de suma importância. Sabe-se que o olhar de um professor para o seu aluno faz toda diferença, e há vários teóricos que abordam a questão da afetividade na aprendizagem, como Wallon, por exemplo. Muitas vezes, o professor não precisa falar nada: ele consegue incluir ou excluir a criança apenas com o olhar. O olhar desejante, aquele que acolhe e que acredita no aluno, faz toda a diferença no processo de inclusão, principalmente de crianças com deficiência. Não somente o olhar do professor, mas da instituição escolar como um todo é de fundamental importância.

Alicia Fernández trata sobre esse assunto em uma entrevista, afirmando:

Ora, se o professor imagina que certos alunos não vão aprender, seja por quaisquer causas, sociais ou disciplinares, eles realmente não aprenderão. Pois todos nós, e ainda mais as crianças e os adolescentes, reconhecemos a nós mesmos de acordo com que os outros nos consideram. Se estou em um meio no qual todos acham que não sou capaz, vou me conformando (FERNÁNDEZ, 1991, p. 28).

Em relação ao contato e à interação com o outro, Wallon pode ser utilizado como grande referencial teórico. Nessa concepção, Dantas, La Taille e Oliveira (1992, p. 79) concluem:

Nos momentos predominantemente afetivos do desenvolvimento o que está em primeiro plano é a construção do sujeito, que se faz pela interação com os outros sujeitos; naqueles de maior peso cognitivo, é o objeto, a realidade externa, que se modela, à custa da aquisição das técnicas elaboradas pela cultura. Ambos os processos são, por conseguinte, sociais, embora em sentidos diferentes: no primeiro, social é sinônimo de interpessoal; no segundo, é o equivalente de cultural.

Esse olhar desejante do Outro, esse olhar que marca o sujeito aprendente, sem dúvida, permeia todo o simbólico da criança. É por meio dessas questões que a psicopedagogia tem um papel crucial não somente na aprendizagem, mas também na inserção social de uma forma mais plena e respeitosa.

4 CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA

Na clínica psicopedagógica ou no *setting* psicopedagógico é que todas essas questões do inconsciente acabam vindo à tona, o que se torna positivo, pois, a partir daí, o psicopedagogo começa a realizar o processo de cura. Aqui não somente a criança deverá receber esse olhar desejante do terapeuta, mas também a família, que sofre seja por questões desafiantes com o filho com deficiência, seja pela luta por mais inclusão e respeito, tanto no âmbito social como no educacional.

Não é difícil encontrar famílias que possuem tristes trajetórias à procura de uma escola para seu filho. Há ocasiões em que a criança não é aceita; quando é aceita, é vista com desprezo, as leis não são respeitadas. Esses pais, muitas vezes, acabam ficando desamparados – ninguém os escuta, ninguém os olha. Esse olhar do Outro, esse olhar desejante, sem sombra de dúvida, é o que a família também deve receber.

Os pais ou muitas vezes somente as mães cuidam e amparam seus filhos, e quem os cuida? Quem cuida dessa mãe, desse pai aflito?

O papel do psicopedagogo, ao receber a família em seu consultório, no primeiro momento, deve ser o da escuta. De uma escuta apurada e pura, de amparo, de aconchego para assim tentar aliviar um pouco o coração dessa família que, sem dúvida, passa por um turbilhão de emoções e sensações. Cria-se, dessa forma, um vínculo necessário para o processo de intervenção psicopedagógica e inclusive tentando desmistificar a questão simbólica que há por trás da criança.

A atuação do psicopedagogo torna-se tão importante que acaba indo além da intervenção clínica, pois assume um papel ímpar no processo de inclusão escolar, seja na rede regular de ensino, seja na escola de educação especial, atuando, dessa forma, como mediador deste processo.

É possível citar Beauclair (2007, p. 43, grifo do autor), que discute sobre o papel do psicopedagogo:

A Psicopedagogia é auxílio ao entendimento dos problemas de aprendizagem quando atua nos movimentos de constituição do desejo nos sujeitos aprendentes e ensinantes. [...] As ações dos profissionais da Psicopedagogia nos 'espaços-tempos' institucionais ou clínicos devem estar voltadas às mediações entre histórias e as subjetividades dos que apresentam traumas causadores das problemáticas vinculadas ao humano ato de aprender.

Enfatiza-se que o psicopedagogo acaba atuando como um mediador nesse processo de inclusão escolar, intervindo e auxiliando a família nessa caminhada e também dando um suporte e alertando quanto à forma de proceder a inserção do aluno em questão.

5 O DESPERTAR DO DESEJO

Há vários teóricos, como Freud e Winnicott, que abordam a questão do desejo – o sujeito ser objeto de desejo do outro. A partir desse desejo do outro é que o sujeito vai construindo ao longo de sua história a sua autoimagem, sua imagem corporal e sua autoestima.

Sobre a imagem corporal, Levin (2007, p. 12) afirma:

A imagem corporal narcisista tem como precursor o rosto da mãe. É Winnicott quem afirma que, quando uma criança olha sua mãe, se vê refletida no olhar dela. Em outras palavras, a mãe olha a criança e o que a mãe parece, relaciona-se com o que ela vê na criança.

Partindo dessa perspectiva, sem sombra de dúvidas, que é possível comparar o olhar da mãe com o olhar do professor, pois, quando a criança entra no mundo escolar/educacional, esta passa a ter o professor como sua maior referência. Portanto, é o professor quem vai inscrever nesse aluno toda a subjetividade em relação ao aprender. Quando entra uma criança com deficiência intelectual na sala de aula, esse olhar precisa ser não somente afetivo, mas absolutamente sincero.

A partir daí, sem dúvida, a criança vai mostrando progressos, pois a professora aposta em seu potencial, investe nesse aluno. Sobretudo, é necessário salientar também a postura da equipe diretiva frente a essa dinâmica e como a escola coloca em prática seu projeto político pedagógico. É comum ver projetos políticos pedagógicos com lindas propostas e ideologias e que, na prática, são totalmente o oposto.

Entretanto, o que é preciso ressaltar é o fato de que o sujeito que está na instituição escolar absorve todos os sentimentos empregados na dinâmica escolar de forma bastante subjetiva.

Voltando à questão do olhar da mãe e suas inscrições na criança, é possível afirmar que, antes da própria concepção, há uma série de pensamentos, conscientes ou inconscientes, em torno da criança que foi gerada. Durante a gestação essa criança já é alimentada por uma série de desejos. Quando o bebê nasce, não somente o leite materno é o primeiro alimento, mas também o olhar da mãe. Ali começa tudo, o olhar desejante da mãe, alimentando aquele bebê com todo amor e carinho, que também recebe uma imensidão de mensagens inconscientes. Assim, é alimentado também pelo pai e demais familiares. Aquele corpo, então frágil, vai se formando e se construindo a partir do desejo dos pais. Dessa forma, a criança vai construindo sua autoimagem.

A partir do olhar psicanalítico em relação ao Outro, Levin (2007) define como esse corpo, ou seja, a criança quando nasce será preenchida de subjetividade, preenchida com a linguagem.

Não nascemos com um corpo constituído, ele mesmo deve constituir-se. O corpo, para ser e por ser humano, depende para sua subsistência de um Outro (que, como referimos anteriormente, num primeiro momento a mãe encarna como função), já que a criança quando nasce é imatura, prematura, sem mielinização das vias nervosas e sem o Outro não conseguirá constituir um corpo subjetivado (LEVIN, 2007, p. 23).

Sobre a mesma perspectiva psicanalítica da questão do Outro, é possível citar a abordagem de Vergueiro, em seu livro “Deficiência e Doenças Mentais – um estudo”, que traz a perspectiva de Jerusalinsky, afirmando que:

A singularidade da relação mãe-bebê como uma vivência afetiva, que propicia ou não, a elaboração interna. A crescente complexidade de ações corresponde à tentativa de a criança dispor do significante que o outro exerce sobre ela. O outro, para o autor, representa uma articulação espontânea entre o organismo e o meio, e não se dedica, somente, a favorecer o exercício das ações para as quais o organismo da criança estaria originariamente preparado. Para ele, a cultura é sempre a que se dá o sentido às expensas do biológico. [...]. Para a psicanálise, é no entorpecimento de sua espontaneidade biológica que o sujeito se liga às suas ações e faz delas objeto de conhecimento. Em outras palavras, por meio da vivência particular, na relação com a mãe, o bebê desenvolve sua forma própria de ser e estar no mundo, e por meio de suas escolhas, que têm característica própria, ele constrói seu conhecimento. Em suma, esse conhecimento é constituído a partir do significado da sua vivência afetiva na relação com a mãe, não somente em função da sua prontidão biológica. (VERGUEIRO, 2001, p. 65).

Não é diferente no ambiente escolar, portanto o olhar que a criança recebe não é da mãe, do pai, e sim do professor, da instituição escolar. A escola é o mundo formal da aprendizagem, é nesse espaço que a criança vai aprimorar tudo que aprendeu anteriormente com a família. E quem insere a criança nesse novo contexto cultural é o professor.

Nesse sentido Fernández afirma:

Para que ocorra a aprendizagem, é preciso que quem aprende possa conectar-se mais com seu sujeito ensinante do que com seu sujeito aprendente, e quem ensina possa conectar-se mais com seu sujeito aprendente do que com seu sujeito ensinante. Isto é, é preciso permitir que o sujeito - aquele que está aprendendo, possa mostrar o que já sabe: a ideia, ou as opiniões, ou as hipóteses que têm a respeito do que lhe é ensinado. Por outro lado, aquele que está ensinando precisa poder reconhecer que o outro, ao mostrar-lhe o que sabe, o ensina. Ensina ao "ensinante" o que ele, 'aprendente' conhece sobre o assunto, o caminho que o levou a tais opiniões, a tais hipóteses. E se, a partir daí, o 'ensinante' regular sua ação, estarão ambos aprendendo e ensinando. Será a partir da interpretação dos "ensinantes" sobre as ações dos 'aprendentes', que estes poderão ir-se constituindo como sujeitos autores. Essa construção do sujeito autor, entretanto, não começa só a partir da idade escolar, mas desde o início da vida do bebê. [...] desde o início de sua existência, o bebê já está constituindo o sujeito aprendente sempre em relação com a modalidade de ensino e de aprendizagem de seus pais (FERNÁNDEZ, 2002, p. 7, grifos do autor).

É crucial analisar, portanto, o quão importante é o papel do professor na vida de uma criança, pois este lhe apresenta outras aprendizagens e lhe mostra como aplicá-las na vida. Deixam-se, assim, marcas para a vida toda desse sujeito.

Sobre a questão dessas inscrições feitas pelo professor àquele sujeito/aluno, Fernández (2002, p. 6) traz um relato de experiência bastante rico para que se possa compreender esse processo de uma maneira muito mais concreta.

Vou contar uma pequena história real. Eu estava em um hospital público de Buenos Aires e lá havia um senhor de 82 anos, acidentado, em coma, desenganado e sem família. Depois de quatro dias, teve alta. Perguntei a ele onde tinha buscado forças para se segurar. Ele respondeu: Quando estava na UTI, lembrei o modo com que minha terceira professora me olhava, quando criança. A primeira me dizia 'você não vai conseguir'; a segunda, também. E na minha terceira série encontrei essa professora, que me olhava como alguém que ia conseguir. Provavelmente, essa professora morreu sem saber de sua enorme importância para o conjunto da vida de seus alunos. Porque isso é realmente um bem invisível. Só o próprio professor pode saber a importância subjetiva de seu trabalho.

É possível imaginar então, quando esse sujeito tem alguma deficiência, o papel do professor é ainda mais significativo, pois este já recebe um aluno em que a sociedade lhe mostra que não é apto. Com isso, o professor precisa demonstrar que acredita no potencial desse aluno, que deseja esse aluno. Essas inscrições serão marcadas no inconsciente dessa criança. Ali naquele espaço escolar ele vai elaborar, reformular, transformar sua autoimagem. Vai se sentir inserido, amado, querido e principalmente aprendente.

Fernández (2002) ilustra essa questão do papel do professor, tornando-o aprendiz também no processo de ensinar, pois, é ensinante e aprendiz, todo ser humano nasce inteligente. Mas é preciso saber que a inteligência se constrói na relação com os outros. Ela vai se desenvolvendo à medida que os adultos considerem essa criança, acreditem que ela vai aprender. Nessa mesma perspectiva, Levin (2007, p. 21) diz: “A condição para que a gente se veja é que haja um ideal, vemo-nos a partir de onde supomos que somos vistos de alguma ou outra forma, desde o Outro, que faz imaginar a condição de unidade do corpo.”

Sem dúvida, o professor terá que se desacomodar em seu processo de ensino, sair da sua zona de conforto, isso faz parte da profissão. Ensinar é que se aprende, e esse processo é mútuo. Infelizmente, em algumas escolas, é muito comum presenciar situações em que não somente o professor, mas também a equipe diretiva não têm o desejo de realizar esse processo de desacomodação.

É a partir do olhar do outro que se desperta o desejo em aprender. Essas inscrições devem ser feitas nas crianças, inserindo-as no mundo da cultura. Quando esse processo não ocorre, surgem os bloqueios na aprendizagem, por isso esse olhar da psicopedagogia é fundamental, pois tem como premissa preencher esses vazios no corpo da criança com o despertar do desejo. Assim, o simbólico vai se reconstituindo. É a partir desses princípios que podemos compreender como ocorre a aprendizagem da criança com deficiência e como se dá o processo de inclusão (exclusão?).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi propiciar um momento de reflexão acerca do papel do psicopedagogo e do professor em sala de aula, além da postura da família frente à realidade apresentada pela criança com deficiência.

A ideia é de que se questione mais acerca da exclusão vivida nas escolas, mas principalmente pensar em uma forma de combater esse tipo de atitude que é tão perversa a ponto de tirar da criança com deficiência seu direito de estudar.

É de suma importância colocar e recolocar o papel da criança enquanto sujeito pensante e atuante na sociedade, ou seja, que tem desejos e vontades, e passar a vê-la como protagonista de sua história.

Não é mais possível aceitarmos essa exclusão mascarada, que tenta nos ludibriar e mostrar que está tudo ocorrendo bem.

Lugar de criança é na escola, seja ela regular ou especial. A criança tem o direito de aprender e de conviver com outras crianças. Portanto, o psicopedagogo tem essa função de recolocar a criança no seu espaço – no espaço de aprender. Dessa forma, este artigo procurou elencar alguns pontos de reflexão para que psicopedagogo, escola e família possam atuar de maneira desejante frente ao sujeito aprendiz.

Assim, é possível concluir que realmente o papel do psicopedagogo é fundamental nos processos de inclusão, mediando as relações aluno – família – escola. Além disso, a forma como vai se trabalhar com a família, até mesmo sobre a elaboração do luto desse filho com deficiência que não era esperado e a partir daí, contribuir para um novo olhar a esse filho, um olhar desejante. É nesse contexto que as questões de aprendizagem vão tomando um espaço significativo tanto na vida da criança, como da própria família.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria. **Afetividade na relação professor-aluno**. 2010. Disponível em: www.administradores.com.br/artigos/carreira/afetividade-e-aprendizagem-relacao-professor-e-aluno/44105/. Acesso em: 02 abr. 2020.

BEAUCLAIR, J. **Para entender Psicopedagogia**: perspectivas atuais e desafios futuros. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

DANTAS, H.; LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de. Do ato motor ao ato mental: a gênese da inteligência segundo Wallon. In: DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon – Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus Editorial. 1992.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A Inteligência Aprisionada**: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.

_____. **Crer é Criar**. Revista Educação. ed. 256. Agosto/2002.

Disponível em:

www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/agosto02/entrevista.htm.

Acessado em: 03 abr. 2018.

FERREIRA, G.M.G. *et al.* **Como aplicar a Psicomotricidade**: uma atividade multidisciplinar com Amor e União. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2007.

LEVIN, E. **A clínica psicomotora**: o corpo na linguagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

_____. **A função do filho**: espelhos e labirintos da infância. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MARREGA, S. N. **Alicia Fernández e Psicopedagogia**. 2013. Disponível em: www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/alicia-fernandez-e-a-psicopedagogia/55506. Acesso em: 02 abr. 2018.

ROTTA, N.T; OHLWEILER. L; RIESGO, R. dos Santos. **Rotinas em Neuropediatria**. Porto Alegre: Artmed. 2005.

SORDI, Regina O. Modalidade de Aprendizagem: uma contribuição para a ampliação do conceito. **Revista Psicopedagogia**, [S.l], v. 26, n. 80, p. 303-312, 2009. Disponível em: www.revistapsicopedagogia.com.br/exportar-pdf/258/v26n80a15.pdf. Acesso em: 03 abr. 2018.

VERGUEIRO, P. V. **Deficiência e doenças mentais**: um estudo. São Paulo: Editora Mackenzie: FAPESP, 2001.

WINNICOTT, D.W. **A criança e o seu mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora. 1982.